

REFLEXÕES SOBRE A VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: UM OLHAR SOBRE OS (AS) JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS**REFLEXIONS ON VIOLENCE AT SCHOOLS: A LOOK AT THE YOUTH OF PUBLIC SCHOOLS**

Ivany Pinto NASCIMENTO¹;
Andréa Silva VIEIRA²

RESUMO: Este estudo objetivou a análise dos discursos dos jovens de escolas públicas sobre a violência escolar a partir do estudo de seus significados da violência, no contexto escolar e social, além de verificar os atores, as formas e situações mais frequentes de violência e identificar o trabalho que as escolas desenvolvem no combate a violência. Realizamos levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo. Esta se deu em quatro escolas (duas de bairros centro e duas de periferia). O instrumento de coleta de dados foi o questionário, organizado em questões fechadas e abertas. Adotamos como categorias de pré-elaboração: caracterização do sujeito; violência geral; violência na escola; significantes da violência para o aluno. Os respondentes perfazem 649 jovens, do sexo feminino e do sexo masculino, matriculados das três séries de ensino e três turnos. Os resultados indicam que os significados da violência na escola para estes jovens residem: nas agressões; palavras ofensivas; humilhações; em ser a violência um fenômeno que ocorre principalmente entre alunos; em considerar esse fenômeno inerente à sociedade em geral e crescente em instituições como as escolas; em apontar as atividades em sala de aula e policiamento como as principais ações que suas realizam. Concluímos que, a violência nas escolas deve ser pensada a partir do contexto que a produz e as condições em que estes sujeitos se constituem além dos aspectos culturais que os envolvem. Existe a necessidade de planejar e desenvolver programas educacionais que atuem sobre a violência escolar desde a sua prevenção como também voltados à formação de jovens.

Palavras-Chave: juventude, violência, escola, vulnerabilidade social.

ABSTRACT: This study was aimed at the analysis of youth form public schools violence at school from the study of meanings of violence in the school and social context as well as the verifying of actors, forms and more frequent of violence situation and the identification works developed by schools to fight against the violence. We have realized bibliographic field researches. This later was performed in 4 (four) schools, among them 02 at central region and other two at city periphery. Data collection was based on a questionnaire made of close and open questions. It was adopted as categories of pre- elaboration: characterization of subject; violence in general; violence at school; meanings of violence for the pupils. The total number of student of both genders that answered to the questionnaire was 649 distributes among the three class shifts. Results show that the meaning of violence at school for these young live in: physical aggression; hard words; humiliation; by the belief that the violence is a common phenomenon among them, inherent to the society and in state of increasing in institution like schools; by appointing room activities and police monitoring as main actions. We conclude that violence at school may be thought starting from the context it is produced as well as the conditions these subjects constitute themselves besides the cultural aspects that surround them. There is the need for planning and

¹ Professora da Graduação e do Instituto de Ciências da Educação. Coord. do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventude, Educação e Representações Sociais. Coord. do Projeto de Pesquisa: A Violência em Escolas Públicas de Belém: Um Estudo sobre as Representações. (ivany.pinto@gmail.com);

² Pedagoga pelo Instituto de Ciências da Educação da UFPA. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventude, Educação e Representações Sociais. (andreeasilva@gmail.com).

developing educational programs that act against the scholar violence since its prevention till the youth formation.

Key words: Youth, Young, Violence, Social weakness.

Introdução

No contexto da educação brasileira, a violência nas escolas é um problema que preocupa gestores, coordenadores pedagógicos, professores, educandos, pais e demais sujeitos que frequentam escola. Ao basearmo-nos em pesquisas que abordam o tema, é possível afirmar que, a intensificação desse fenômeno tem afetado a ação educativa, os vínculos e as relações escolares e, em função disso, exige de seus membros reflexões acerca de medidas que possam equacionar o problema da violência escolar.

Significa, portanto, que a violência na escola deve ser analisada e refletida a partir de sua contextualização uma vez que ela repercute negativamente nas relações entre os sujeitos, na qualidade do ensino e no desempenho particularmente de professores (as) e de alunos (as).

Desta maneira, o presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de uma pesquisa (2007) realizada com os jovens de escolas públicas do ensino médio da Amazônia paraense sobre as significações da violência escolar.

As temáticas eleitas para análise se constituíram a partir dos significados que os jovens atribuem à violência em suas escolas. Assim, os atores, as formas mais frequentes de comportamentos violentos e as ações realizadas pelas escolas no combate à violência tentam configurar a ótica de compreensão desses jovens para este cenário.

Inicialmente apresentaremos uma breve análise conceitual de violência e de juventude. Posteriormente, apresentamos a trajetória metodológica do estudo assim como seus principais resultados. Finalizamos, apontando aproximações conclusivas, no sentido de repensarmos a problemática em questão e o papel de seus membros frente a este fenômeno.

Segundo o que apontam as pesquisas (Abramovay, 2005; Debarbieux et. alli, 2002) é na faixa etária entre 15 e 24 anos, aliada a situação de vulnerabilidade social, que a prática ou vitimização da violência ganha proporções mais evidentes. Segundo estes estudos, a integração social para a grande maioria destes jovens ocorre de modo conturbado e em um cenário de contradições e de incertezas pelo qual a violência encontra caminhos para se manifestar.

A violência escolar se conjuga com os desafios contemporâneos vividos pela juventude brasileira. As intervenções no afã de solucionar estes e outros problemas que anteriormente não se imaginava que a escola teria ainda permanecem sem solução. As drogas, as gangues, as armas brancas e de fogo são partes da realidade escolar.

Dessa forma, para se compreender o mosaico da violência escolar é importante que para além da apreensão das práticas escolares possa-se refletir sobre a violência existente nos extras muros da escola pois ela um dos determinantes da violência que se pratica nos contextos escolares. Não estamos ignorando que este fenômeno pode emergir na escola sem uma ligação direta com as conturbações sociais.

TECENDO CONCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA

Podemos dizer que a compreensão da violência é uma das grandes preocupações atuais da sociedade. Sendo assim, para realizar uma análise sobre este fenômeno, é fundamental considerar os aspectos teóricos da violência, as formas pelas quais se manifesta e os sujeitos nela envolvidos.

Para Abramovay (2005) o conceito de violência é dinâmico e mutável. Significa que a violência se apresenta de acordo com as mudanças presentes na sociedade, a partir de aspectos históricos, culturais, locais, dentre outros que a cercam. Este pensamento também é defendido por Debarbieux et. ali. (2003) ao destacar que a definição de violência é relativa e se forma conforme o meio social em que se manifesta.

Arendt (1994) afirma que a combinação entre violência e poder permanece entrelaçada na história do nosso progresso, haja vista que, de modo equivocado, o uso da violência se justifica para garantia do poder. Em diversas circunstâncias percebemos o abuso de poder, por meio da intimidação, da utilização de armas e desrespeito com o outro. A autora observa que “a violência não reconstrói dialeticamente o poder. Paralisa-o e o aniquila” (ARENDR, 1994, p. 09).

Além disso, esta autora reforça que o poder e violência são elementos opostos, na qual a existência de um anula a presença do outro. O poder, que deriva do consenso, seria um caminho válido para coibir a violência.

Tomamos como referência teórica às contribuições apresentadas por estes pesquisadores no que se refere à noção de violência para privilegiar a atualidade desta análise.

Ao analisar o marco teórico da violência em recente pesquisa intitulada “Cotidiano das Escolas: entre violência”, realizada em diversas cidades brasileiras no período de 2003 e 2004, Miriam Abramovay (2005) destaca no pensamento de Chesnais (1981), o conceito de violência atribuído somente para a violação física, atos e acontecimentos que podem resultar em danos sem reparação aos indivíduos e, que demandam a intervenção do Estado, principalmente quanto ao amparo legal e de especialistas do campo médico e policial.

Para Abramovay (2005), esse conceito não leva em consideração o aspecto subjetivo deste fenômeno na medida em que exclui a violência moral, a simbólica e outras definições presentes principalmente na atual conjuntura social.

Segundo o enfoque conceitual definido por Candau et. ali (1999, p.20) “a marca constitutiva da violência seria a tendência à destruição do outro, ao desrespeito e à negação do outro, podendo a ação situar-se no plano físico, psicológico ou ético”. Portanto, para a autora, a violência deve ser vista por intermédio de diversas percepções, a partir de um entendimento da diversidade desse fenômeno, onde os significados são observados partindo-se das normas, contextos e, até mesmo, de seu período histórico.

A análise dos autores Da Silva & Souza e Silva (2005, p. 01) sobre os estudos de Marilena Chauí nesta perspectiva assinalam que a violência, para esta estudiosa é um “ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém (ou grupo) e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão e intimidação, pelo medo e pelo terror”. Este conceito nos dá a clareza de que a violência é muito mais do que a agressão física ou coação e nos remete a complexidade que o reveste, sendo entendido, portanto, como violação dos direitos humanos.

Para pontuar essas violações, podemos citar a violência física, entendida como um tipo de violência baseado na intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro (s) ou de grupo (s) e também contra si mesmo; a violência simbólica ou institucional, agressão pela qual se pauta as relações de poder e, as incivildades³, humilhações: palavras grosseiras e falta de respeito (ABRAMOVAY, 2005).

Por outro lado, a violência simbólica se constitui pelo predomínio da autoridade. De acordo com Pierre Bourdieu (2002), a violência simbólica acontece em muitos casos sem que seja percebida enquanto violência, inclusive para quem dela é vítima, visto que faz parte de contextos nos quais a violência é muitas vezes naturalizada. Para o autor, “este poder é invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que exercem”. (BOURDIEU, 2002, p.08).

As profundas diferenças e a acentuada concentração de renda da sociedade brasileira também podem ser aspectos que influenciam na intensidade dos índices de violência. Isto faz com que um contingente populacional seja excluído e se insira socialmente por esta exclusão colocando-os na linha da vulnerabilidade que ameaça a cidadania desses sujeitos.

3 Incivildades é um termo atribuído por Roché (1996) analisado pela socióloga Miriam Abramovay (2005). Debarbieux e Blaya (2002) também discutem este conceito e destacam como um tipo de violência traduzido na intimidação e no constrangimento.

E, nessa perspectiva, Santos (2001) afirma que os pólos de riqueza e pobreza são crescentes. Esta autora destaca que “de um lado emergem enormes contingentes de desamparados, sem moradia e condições mínimas de sobrevivência e, de outro, os guetos de opulência e o luxo supérfluo dos condomínios fechados e mansões”.

Sob o olhar de Hannah Arendt (1994) a violência é um instrumento para se obter aquilo que é negado. Este pensamento, se transportado para a realidade brasileira nos conduz a reflexão de que a ineficiência na operacionalização de políticas públicas restringe o direito e a igualdade a todos, o que possibilita a violência tendo em vista a cobrança pelo sujeito dos direitos que lhes foram negados

Essa discussão é ilustrada por Waiselfisz (2003) ao apontar que os gastos em segurança apresentam-se proporcionalmente mais expressivos para grupos com poder econômico mais favorável. Para este autor, isto pode ser percebido nos investimentos em serviços em blindagem de veículos, seguranças particulares, sistema de segurança eletrônica, entre outros equipamentos de proteção. Estima-se que o setor de segurança privada acumulou no ano de 2002, R\$ 18 bilhões, o equivalente a 2% do PIB (Produto Interno Bruto) Nacional brasileiro.

Em outra análise, Waiselfisz (2003) compara que os investimentos anuais em segurança privada e pública totalizaram 10,5% do PIB nacional, isto é, correspondem a um gasto de R\$ 100 bilhões anuais enquanto que o investimento destinado ao ensino corresponde menos de 5% de nosso Produto Interno Bruto.

Ainda nesta direção, encontramos na obra “Os Recursos para Educação no Brasil no Contexto das Finanças Públicas”, a relação feita por José Marcelino Pinto (2000) dos gastos públicos em educação e gastos em instituições reclusão de menores infratores no Brasil. De acordo com o autor, “a administração pública gasta menos de R\$ 500,00 por manter uma criança na escola pública e mais de R\$ 1.500 por mês para manter um jovem na FEBEM” (PINTO, 2000, p.127).

Os investimentos públicos deveriam acompanhar o crescimento, não somente populacional, mas também das novas demandas presentes na formação dos cidadãos. Com isso, fica evidente que dentre as tarefas prioritárias para a sociedade brasileira está não apenas a garantia de mecanismos de proteção na segurança pública de modo igualitário, mas também tornar mais expressivos os investimentos em políticas de prevenção contra a violência, principalmente referente às despesas com educação pública de qualidade.

Na intenção de explicar este quadro de precariedades, diversos autores (CANDAU et. ali, 1999; PEREIRA et. ali, 2000 e PEVALVA, 2000) sustentam que enfrentamos ao longo da nossa

história uma luta permanente contra a violência cultural, enraizada nos conflitos e desigualdades no plano econômico, social, político e cultural. Candau et. ali (1999) valida esta afirmação quando analisa que vivemos “um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente os éticos, no sistema de relações sociais” (CANDAU et. ali, 1999, p. 23).

Para Pereira et. ali. (2000) esta dimensão cultural é vista como representação de novas identidades culturais que almejam a igualdade de direitos e a reivindicam por meio do confronto. Segundo este autor, os conflitos negadores de alteridades e aqueles que os reivindicam são aspectos distintos de linguagens da violência.

Ao traçar análises sobre essa questão, Peralva (2000) diz que tal aspecto se configura como um “paradoxo contemporâneo” na qual de um lado temos uma realidade caracterizada por lutas democráticas baseadas nos conflitos e, em outro extremo, de práticas indiferentes à convivência democrática entre os sujeitos.

Inseridos em uma crise global, muito mais evidente nos países subdesenvolvidos, atualmente, 32 milhões de brasileiros, isto é, um quinto da população, vive abaixo da linha da pobreza (DA SILVA & DE SOUZA e SILVA, 2005). Pelo que certifica o próprio IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), na Síntese dos Indicadores Sociais de 2002, somente 1% mais rico da população acumula o mesmo volume de rendimento total de 50% da população mais pobre. E os 10% mais ricos ganham 18 vezes mais que os 40% mais pobres⁴.

Neste contexto Candau et. ali (1999) afirma que vivemos uma incorporação intensa do individualismo e do enfraquecimento de comportamentos éticos uma vez que a indústria cultural do consumismo invade os estilos de vida. O valor da vida entra em cheque na medida em que o valor monetário e de aquisição de bens é reverenciado pela sociedade.

Neste contexto, a corrida instala-se o vale tudo e a violência é incorporada na vida cotidiana de forma banalizada.

Desse modo, a excessiva visibilidade da violência na mídia em geral torna, comumente, esse tema como acontecimento banal. Para Costa (2005, p.76) “a violência passa a ser vista apenas como um ingrediente social a mais, provocado pela modernização das cidades”.

De acordo com Debarbieux et. ali (2003), o reflexo dessa banalização e esse fascínio pelas manifestações mais graves de violência ocultam as violências do cotidiano e que fazem parte da trama da opressão, como por exemplo a violência simbólica.

⁴ Síntese dos Indicadores Sociais de 2002 (IBGE).

Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>. Acesso em 30/12/2007.

Candau et. ali (1999) diz que atualmente a sociedade é assinalada por uma *anorexia moral* que reflete na falta de compromisso. Para esta autora, suas causas podem ser explicadas principalmente “pelo sentimento individual de apatia em relação a vida social, na ausência de utopias, na perda do sentido de viver, na falta de solidariedade, na ausência de parâmetros definidos sobre o que é certo e errado” (CANDAUI et. ali, 1999, p.38).

Segundo Peralva (2000), estes elementos apontam um cenário de individualismo de massa que pode ser entendido por meio das mudanças presentes no mundo do trabalho, nas relações econômicas e na estrutura social que assumem novas bases de configuração, isto é, instáveis e competitivas. Este comportamento individualista, baseado, em muitos casos, em uma socialização conflituosa, se articula com as novas facetas que a violência apresenta, como a falta de autoridade social do Estado na medida em que não garante direitos à população e a falta de capacidade coletiva da sociedade como um todo em reivindicar a garantia da cidadania.

Em contrapartida, as organizações sociais, sejam governos, sociedade civil, movimentos organizados e cidadãos em geral necessitam construir uma sociabilidade que se fundamente na dignidade humana e de compromisso coletivo com a cidadania. Peralva afirma (2000), que:

Quanto maior a capacidade de uma coletividade em reconhecer a importância da cooperação para agir sobre si mesma, quanto maior sua capacidade em vincular o interesse individual e o coletivo, menores são as chances de que ela se veja a braços com violência extremas. (PERALVA, 2000, p. 21).

Diante disso, observamos que questões como a precariedade nas relações sociais e a carência em políticas públicas demarcam limites da falta de diálogo para superar diferenças e conflitos. Esta é uma marca de nosso tempo que interfere na vida dos sujeitos, enfraquecem as relações e torna a violência cada vez mais visível e intensa.

Portanto, é possível verificar que estas reflexões sobre violências são fundamentais para o entendimento da complexa teia que entrelaça esse fenômeno e se configura como uma oportunidade de examinarmos a violência e a forma que repercute no ambiente escolar e em múltiplos espaços assim como na vida dos sujeitos que integram a escola.

Violência nas escolas

Neste tópico, apresentamos uma reflexão sobre a violência nas escolas a partir de referenciais teóricos que norteiam o conceito, suas causas e os sujeitos inseridos nesse fenômeno.

A escola é uma instituição importante enquanto ambiente de formação e vivência de seus sujeitos. Professores (as), alunos (as), pais, gestores escolares, pesquisadores (as), autoridades e diversos outros segmentos que dela participam compartilham do entendimento que o

agravamento da violência nas escolas é um fenômeno que interfere nas suas relações e tem impactos na formação educacional que a escola se propõe.

Sendo assim, quando observamos o cotidiano escolar por meio de notícias veiculadas pela grande mídia verificamos a presença marcante de conflito entre os alunos e outras tensões que se instalam nas instituições de ensino.

Este grave quadro de conflitos compõe-se numa rede de fenômenos sociais que envolvem a escola e faz da violência também um fenômeno do espaço escolar.

Segundo Waiselfisz (2003), historicamente os estudos sobre violência escolar se voltaram para conflitos relacionados a indisciplinas, principalmente de alunos (as). Por outro lado, pesquisas recentes apontam que esse fenômeno é decorrente das diversas relações que se estabelecem no espaço escolar, nas interações entre seus atores e nas tensões da própria sociedade.

Sua definição também se modifica junto com a dinâmica social de violência. Estas análises não significam um rótulo do que venha a ser esse fenômeno, mas sim uma direção que possibilite a ampliação do conceito, evitando limitações.

É nesta conjuntura que os estudos sobre violência nas escolas vêm adquirindo uma maior relevância social nos últimos tempos. Cresce a convicção de que a presença da violência na escola constitui uma análise de vital importância, impondo-se a necessidade de conhecer suas diversas manifestações e como os sujeitos - no caso desta pesquisa, os jovens - representam a violência.

Buscamos considerar a violência enquanto um fenômeno amplo visto que é composto por uma constituição que se dá a partir das relações entre os sujeitos e em suas interações, como também no contexto em que a violência acontece (ABRAMOVAY, 2005).

Segundo Debarbieux et. ali. (2003, p. 64), no contexto de múltiplas dimensões epistemológicas podemos encontrar nas análises de Charlot e Émin (1997), como um dos caminhos possíveis para analisar a violência nas escolas, pois estes autores destacam que este é um conceito de variados significados, pois é um fenômeno social heterogêneo.

Assim sendo, baseado nestes dois autores, Debarbieux et. ali. (2003) afirma que a violência escolar pode ser organizada em três níveis principais: 1) violência: golpes, ferimentos, violência sexual, roubos, crimes, vandalismos; 2) incivilidade: humilhações, palavras grosseiras, desrespeito e; 3) violência simbólica ou institucional: a perda do sentido de permanecer na escola, desestímulo e falta de identificação com a escola.

No contexto da violência escolar é possível apontar o *bullying* como uma forma de violência que tem sido analisada por diversos estudos. Para Abramovay (2005), suas manifestações podem

passar despercebidas no cotidiano escolar, mas seus efeitos, no entanto, podem ser arrasadores quando não são detectados de forma que haja intervenção adequada.

Segundo Abramovay (2005), *bullying* é uma palavra inglesa que traduzida literalmente quer dizer oprimir, amedrontar, maltratar, ameaçar, intimidar. Muitas vezes se manifesta de forma silenciosa e é vista por alguns jovens como algo natural. Contudo, esse tipo de violência é extremamente prejudicial ao processo educacional, particularmente para aqueles que sofrem com este tipo de violência uma vez que suas vítimas apresentam problemas como baixa auto-estima, sendo movidas pela opressão e pelo medo.

Dada essa complexa composição do fenômeno da violência nas escolas, Waiselfisz (2003) considera que, para entender essa problemática é preciso considerar dois componentes. O primeiro se refere aos *fatores externos* (grifos nossos) que diz respeito à gravidade da crise social e exclusões. Para ele, a participação de jovens em práticas agressivas na escola, por exemplo, pode ser atribuída, em muitos casos, a condições de privações de grande parte de nossa juventude. Debarbieux et. ali. (2003, p.74) fortalece, ao dizer que estes determinantes exógenos à escola, articulados ao espaço interno escolar reforçam a violência, principalmente por meio da trama sócio-econômica da sociedade e dos conflitos familiares vivenciados por seus sujeitos.

O segundo aspecto decisivo ressaltado por Waiselfisz (2003, p.21) são os *fatores internos* que disseminam a violência nos estabelecimentos de ensino. Em sua análise pontua que “a violência na escola estaria vinculada (...) a certas deficiências na relação profissional da educação/alunos/comunidade”. De acordo com este autor, muitos professores enfrentam problemas em tratar com jovens inseridos em camadas sociais diferentes. Ao tratar sobre a prática pedagógica de muitos professores, significativa em condutas de violência, este autor comenta que:

[Os professores] tratam desrespeitosamente os alunos no descaso com relação à preparação das aulas e nas freqüentes faltas cometidas, deixando muitos estudantes sem aulas. (...) Muitos professores optam por violência em vez de didática para prender a atenção do alunado, impondo disciplina. (WAISELFISZ, 2003, p.21)

Das razões que explicam esses acontecimentos, é possível apontar o distanciamento dos conteúdos com a realidade dos contextos culturais da vida dos educandos. Para isso, Debarbieux et. ali. (2003) acentua que as causas que provocam a violência escolar podem estar relacionadas à desorganização existente no seu interior seja nas relações pessoais seja na forma como a escola se organiza (desorganiza).

Ao apontar reflexões sobre os determinantes contemporâneos da violência nas escolas, Candau et. ali (1999) destaca que as contestações por parte dos (as) alunos (as) quanto aos resultados de avaliações e notas podem ser manifestadas por meio de insultos aos professores e demais funcionários das escolas, assim como depredações, violações físicas e atos violentos diversos. De acordo com esta autora, seria como estas manifestações violentas de alunos e também de adultos configurassem esse descontentamento com os estabelecimentos de ensino na medida em que não se sentem representados pelos mesmos.

Em outra direção, segundo Ortega e Del Rey (2002) muitas tensões presentes nos estabelecimentos de ensino não se configuram inicialmente como manifestações de violência, porém, podem tomar esse caráter na medida em que seus membros têm dificuldades e/ou pouca de disposição em mediar conflitos por meio do diálogo e podem tornam tais acontecimentos como futuras práticas violentas. Para isso, ela explica que,

Os sistemas disciplinares, que emanam da construção de normas e convenções sociais, devem - para de fato responderem aos interesses de todos - ser realizados mediante processos negociadores, que ativem uma visão positiva do conflito, ou seja, que assumam que o conflito é positivo quando estimula a comunicação e o diálogo construtivo e, muito negativo quando a tensão emocional e o desafeto perturbam a comunicação ou a tornam inviável (ORTEGA e DEL REY, 2002, p.143).

Certamente que podemos perceber a intenção coletiva de estabelecer caminhos democráticos para a superação da violência, seja nas práticas, nas atividades ou nas relações, porém, diante dos inúmeros conflitos e tensões ocorridos no interior das escolas esses ainda são insuficientes.

Ortega e Del Rey (2002) frisam que os problemas que cercam o cotidiano escolar se articulam e se alimentam entre si e têm conseqüências sobre a sua estrutura física. Estas conseqüências se traduzem na depredação, na pichação dessa estrutura. Este fenômeno, o da violência, também tem impacto no aspecto emocional. Isto gera medo, ansiedade, aflição e insegurança na escola e na vida de seus membros, além de interferirem nas inter-relações vivenciadas na escola.

Para Candau et. ali (1999), outro aspecto que podemos destacar é enfraquecimento do Estado no diz respeito a políticas voltadas à população, principalmente aos grupos dotados de menor poder aquisitivo como também gerador de violência, pois áreas sociais, como saúde, segurança pública e a educação, sofrem com o abandono do ente Estado.

Temos assim, um contexto de precariedade em políticas sociais voltadas à qualidade do ensino e investimentos diretos nos problemas que vivenciam as instituições educacionais como também seus sujeitos, sejam eles professores (as), gestores (as), estudantes e demais membros.

Em função disso, mesmo considerando a influência exercida pelo ambiente em que a escola se localiza, diante das características sociais dos bairros próximos, frisamos que as instituições de ensino exercem uma influência positiva no combate à violência escolar, assim como as famílias e a comunidade (ORTEGA e DEL REY, 2003). Para essa autora, do mesmo modo como o ser humano tem a capacidade em produzir violência, afirmamos que este possui força igual para construir ambientes de paz e de igualdade.

Por isso, acreditamos que compete aos sujeitos da escola a adoção desse olhar sobre os fatores sociais que determinam a violência, os conflitos familiares e os determinantes presentes também dentro da escola e no comportamento de seus membros.

Abramovay (2005, p.146), revela que uma forma silenciosa da violência é a ameaça, “ato cujo objetivo é amedrontar, intimidar, criar uma situação de insegurança, sublinhar superioridade”. Essa prática de violência, ou pré-anúncio de tal ação, está bastante presente na fala dos jovens. Segundo a pesquisa “Cotidiano das Escolas: entre violência” (2003-2004), realizada por esta autora, que questionou aos alunos: “Você sabe de casos de ameaça na sua escola?”, 38,6% no Distrito Federal disseram que sofreram ameaça, variando para 29,4% em São Paulo e em Belém 21%, dentre outras capitais.

Esta estatística refere-se à violência na escola, isto é, acontecimentos ocorridos no espaço escolar, onde a *onda de violência* em que estamos imersos atinge a escola. Outro aspecto é a violência da escola que diz respeito a agressões diretas contra o indivíduo sejam físicas ou palavras racistas e preconceituosas, nestes dois cenários, educandos e educadores podem ser vítimas e/ou agentes da violência.

Para Ortega e Del Rey (2002), o espaço institucional da escola é constituído de relações de poder, em muitas situações é regulado por relações autoritárias e indiferenças. Como dissemos anteriormente, esse aspecto pode ser observado principalmente na promoção por parte da escola de sistemas opressivos, currículos e avaliações inadequadas à realidade daquele espaço educacional e, até mesmo ao seu corpo estudantil, que discriminam e segregam e, por conseguinte, acabam afastando os (as) estudantes do processo educacional.

Como observa Hannah Arendt (1994) o poder deriva do consenso e na medida em que a escola alia-se a uma prática onde o poder se constitui em práticas arbitrárias e autoritárias, o poder não se estabelece e possibilita a prática de atos violentos e desarmônicos isso porque,

apesar da violência na sociedade também penetrar na escola, é necessário compreender que a escola também produz violência.

Quando esta se manifesta no espaço escolar, como em outros campos, observa-se que “o decréscimo do poder pela carência da capacidade de agir em conjunto é um convite à violência” (ARENDDT, 1994, p.09). Ainda, observa a autora, que “a violência não é a fonte do poder”, mas, a mais reveladora deste.

Para Abramovay (2005) é imprescindível a adoção de programas mediadores de conflitos assim como a efetivação de novas estratégias de comunicação entre os grupos escolares a fim de prevenir e combater situações de violência.

Assim, é bastante significativo que os (as) profissionais da educação, os (as) estudantes, pais, que vivem este universo compreendam a educação como um instrumento possível de intervenção mediante a “capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas, sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando-a” (FREIRE, 1996, p. 68-69).

1. DISCUSSÕES SOBRE JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

Eu acredito é na rapaziada, que segue em frente e segura o rojão. Eu ponho fé é na fé da moçada que não foge da fera e enfrenta o leão.

(Gonzaguinha)

O trecho da música “E vamos à luta”, do cantor Gonzaguinha, soa como um convite para falar da juventude brasileira que, muito embora se tenha atentado para a necessidade de políticas voltadas a esse grupo social, ainda temos um contingente significativo de jovens vivendo em situações de vulnerabilidade.

Recorremos à afirmativa de Abramovay et. ali (2002) para consolidar o nosso discurso quando ela destaca que um número expressivo jovens, juntamente com fenômenos como a violência e a pobreza, além “do declínio das oportunidades de trabalho” vêm fragilizando as perspectivas da juventude, principalmente os grupos em situações sociais precárias.

A população jovem brasileira, na faixa etária de 15 a 24 anos, representa quase 21% do total de brasileiros⁵. Este contingente populacional que sofre com a exclusão social e com a privação de capital cultural possui dificuldades no acesso ao mercado de trabalho formal assim como acesso à universidade, aos serviços culturais e, até mesmo, a alfabetização.

Para essa autora, esses aspectos não são novos na vida dos jovens de baixa renda no Brasil. Contudo, a falta de cidadania e as discrepâncias sociais e econômicas presentes na sociedade brasileira interferem na formação dos jovens e gera uma marca identitária desta geração. Além

⁵Este trabalho se baseia no Censo 2002, do IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/29092003estatisticasecxxhtml.shtm>. Acesso em 10/01/2008.

disso, os efeitos da falta de oportunidades e de frustração de muitos jovens brasileiros refletem em sentimentos de apatia e baixa estima, motivados, em alguns casos, por relações mediadas pela sociedade do consumo (ABRAMOVAY et. ali, 2002).

Conforme a Assembléia Geral das Nações Unidas⁶ a juventude pode ser compreendida por indivíduos da faixa etária de 15 a 24 anos. Segundo Abramo (2007, p. 79) o campo da sociologia funcionalista frisa a juventude como:

Momento de transição no ciclo de vida, da infância para a maturidade, que corresponde a um momento específico e dramático de socialização, em que os indivíduos processam a sua integração e se tornam membros da sociedade, por meio da aquisição de elementos apropriados da “cultura” e da assunção de papéis adultos.

Nesta afirmação, Helena Abramo (2007) destaca a relevância dessa faixa etária na formação e desenvolvimento dos indivíduos. Assim sendo, de que maneira podemos pensar a definição de juventude?

Os estudos de Dayrell e Gomes [2000?] referentes a essa abordagem discorrem sobre a imagem da juventude. Estes autores acentuam que este segmento é visto, infelizmente, como “problema” para a sociedade.

Isto porque a exposição à violência, por exemplo, e a participação em crimes e práticas agressivas é recorrente e o que torna a vida de muitos jovens fragilizada precocemente. Por outro lado, essa fragilidade faz com que, possivelmente se encontre na sociedade representações negativas sobre a imagem da juventude. Assim, estes autores enfatizam que,

O jovem é visto apenas pela ótica do problema, as ações em prol da juventude passam a ser focalizadas na busca de superação do suposto “problema” e, nesse sentido, voltam-se somente para os setores juvenis considerados pela sociedade, pela escola e pela mídia como em situação de risco (DAYRELL e GOMES, [2000?], p.02).

Dayrell e Gomes ([2000?], p.01) analisam outras concepções sobre a juventude brasileira. Eles afirmam que uma das definições atribuídas ao jovem é a condição de transitoriedade. Isto faz com que este jovem seja visto somente como *um vir a ser* e considera que é no futuro, isto é, na vida adulta, que ele encontrará sentido para suas ações. Segundo estes autores, esta atribuição pouco dialoga com necessidades presentes do jovem e projetam as expectativas de seu desenvolvimento para os projetos futuros.

⁶ Essa definição de faixa etária foi determinada no ano de 1985, Ano Internacional da Juventude da Assembléia Geral das Nações Unidas (DA SILVA & DE SOUZA e SILVA, 2005).

Por outro lado, de acordo com estes pensadores, existe uma visão “romântica” da juventude. Tal perspectiva visibiliza esta etapa da vida como uma fase de experimentações, ou seja, sem compromisso, de erros e acertos, sem considerar as conseqüências dessas experiências na formação dos indivíduos.

Tais imagens se tramam com a dinâmica social de violência que apresenta o jovem como sujeito essencialmente de indecisões e incertezas. Estes autores acrescentam outra visão de juventude, que é partilhada no social, aquela que considera como etapa singular, e o jovem como indivíduo social caracterizado por esta singularidade.

Convém destacar que este segmento social realiza estratégias de superação desta condição de exclusão e constrói uma rede social de enfrentamento a esta condição. Contudo, infelizmente, o quadro social juvenil não é tão positivo quanto o fascínio que nos traz esta diversidade cultural brasileira. O indicador social da juventude de nosso País revela outra variedade, múltipla, porém, em desigualdades e contradições (ABRAMOVAY et. ali, 2002).

Segundo levantamento do IBGE, organizado na Síntese dos Indicadores Sociais de 2002, na faixa etária de 15 e 17 anos, 52% dos jovens ainda cursa o ensino fundamental. Os avanços educacionais não foram suficientes para permitir que a juventude brasileira superasse o atraso educacional e alcançasse outros níveis de ensino, como o médio e superior. Em linhas gerais, esse Instituto aponta que, ao se referir às camadas populares neste mesmo segmento etário, a taxa de escolarização é de 75,8%. Para os jovens pertencentes a grupos mais abastados, 98,3% frequentavam a escola regularmente.

Ainda de acordo com esses indicadores sociais, a taxa de homicídios teve um aumento de 130% nos últimos vinte anos. O agravamento desse número se acentua em casos de assassinatos envolvendo jovens do sexo masculino, principalmente, jovens negros e pobres.

Observamos também que em 1991, o total de homicídios envolvendo a população da faixa etária de 15 e 24 anos era de 32,68% em relação às demais idades. Em 2000, em indicador se elevou para 38,68% do total de mortes por homicídios, que representa um aumento de 76% desse número de mortes no período.

Em uma pesquisa intitulada “Violência faz mal à saúde”, do Ministério da Saúde, Lima (2006) avalia que, no período de 1990 a 2000 morreram 211.918 crianças e jovens com até 19 anos, vítimas de violência e acidentes em geral. De acordo com este estudo, no Brasil, de cada dez crianças e jovens que morrem, sete pessoas foram vitimadas por situações de violência e acidades. A partir dessa comparação, no mesmo período e faixa etária, 146.824 brasileiros foram vítimas de outras causas de óbito, como doenças infecciosas.

Em uma recente publicação, organizada por grupos de pesquisa⁷ da Universidade Federal do Pará e a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado do Pará - SEJU-DH, referente aos anos 2000 a 2006, sob o título “Diagnóstico dos Direitos Humanos no Pará”, o quadro de óbitos na Região Metropolitana de Belém, demonstra que grande parte dos óbitos registrados no Centro “Renato Chaves” foram causados por “baleamento, 41,3%, seguido de atropelamento, esfaqueamento, acidente de trânsito, afogamento, envenenamento e outras causas graves que totalizam 15%”. Ainda, 95% de tais mortes são de jovens entre 17 a 27 anos e de cor parda.

Para Abramovay et. ali. (2002), neste contexto de distorções, o jovem torna-se muito mais vulnerável à violência, seja como agente ou vítima desta.

A vulnerabilidade social é tratada (...) como resultado negativo da entre a disponibilidade dos recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles indivíduos ou grupo, e o acesso à estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que provém do Estado, do mercado e da sociedade. (ABRAMOVAY et. ali, 2002, p. 13)

De uma forma mais geral, não é a pretensão deste trabalho isolar os mecanismos ativos da violência no que se refere às condições de pobreza e exclusão. Como afirma Pinheiro (1996, apud ABRAMOVAY et. ali, 2002, p. 23) existem outras irregularidades sociais como o autoritarismo, o subdesenvolvimento territorial brasileiro, discriminação, corrupção que também se traduzem como violência.

No entanto, essa insuficiência de oportunidades é desestimulante para os (as) jovens. O que representa um estado de insegurança e tem impacto em todas as esferas e espaços sociais que o cerca e no modo como interage em suas relações.

Ressaltamos que o grau de vulnerabilidade demonstra a contradição quanto à atuação da sociedade na rede de proteção para a formação e autonomia cidadã da juventude na medida em que deixa de garantir direitos, estabelece privação cultural e política, como outros recursos sociais básicos (saúde, educação, trabalho, e outros) assistidos precariamente. Segundo Abramovay et. ali (2002), essa condição de desumanização – a vulnerabilidade - compromete a capacidade destes jovens em superar estas debilidades cristalizadas historicamente.

Percebemos o quanto é importante reconhecermos o (a) jovem como sujeito capaz de superar desafios e construir possibilidades concretas de um presente mais digno. Assim como os

⁷ Os Grupos de Pesquisa da Universidade Federal do Pará que realizaram esse estudo foram: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação, Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos e Políticas Públicas, Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Família, Criança e Adolescente e Grupo de Pesquisa Amazônia 21. Esse Relatório (Diagnóstico dos Direitos Humanos no Pará) está disponível no endereço eletrônico: www.sejudh.pa.gov.br. Acesso em: 07/02/2008.

poderes públicos, a escola, a família, e outros setores necessitam atuar no planejamento de uma realidade que respeite a identidade juvenil e que percebam as contradições atualmente vividas pela grande maioria dessa população.

Dessa maneira, ao estudarmos a temática da violência nas escolas sob a ótica dos jovens, afirmamos que esse grupo social está exposto aos dilemas presentes na sociedade, particularmente os da sociedade contemporânea. Nesse contexto, é fundamental a construção de novos paradigmas para a juventude, persistentes na garantia de seus direitos.

O Estudo e sua Metodologia

Esta pesquisa constituiu-se em um estudo desenvolvido em dois momentos. O primeiro foi o estudo bibliográfico, no qual realizamos uma exploração teórica principalmente das temáticas: violência nas escolas e vulnerabilidade social da juventude. Diversos autores foram consultados, como Abramovay (2002) e (2005); Arendt (1994); Bourdieu (2002); Candau et. ali (1999); Dayrell e Gomes [2000?]; Debarbieux et. al. (2003) e Peralva (2000); entre outras referências de estudos que permitiram o entendimento do tema.

Enquanto que no segundo momento realizamos a pesquisa de campo. Sobre isso, Minayo (1994, p. 51) explica que esta etapa do estudo “se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo”. Com base nesta autora, é possível compreender que o problema na qual a pesquisa se propõe a responder interage com os fenômenos dialeticamente construídos em uma realidade peculiar.

Desta maneira, esse momento da pesquisa foi de fundamental importância para o estudo proposto, pois permitiu a caracterização dos (as) jovens da amostra e o conhecimento de suas diversas apreensões sobre violência. Realizamos a pesquisa em quatro escolas estaduais de ensino médio e que também integram à rede de ensino público de Belém, sendo duas localizadas em bairros da periferia e duas de bairro do centro. Quanto ao total de sujeitos, investigamos 649 jovens, do sexo feminino e masculino, matriculados nas três séries e turnos.

Na coleta de dados relativos à realidade pesquisada, adotamos a abordagem metodológica quanti-qualitativa, visando a tradução das percepções dos atores envolvidos no contexto analisado neste estudo (CHIZZOTTI, 2003).

Com vistas a uma prática metódica e organizada adotamos o questionário como instrumento da pesquisa, composto por questões abertas e fechadas. Tal opção correspondeu aos

objetivos definidos no estudo e suas estratégias mediante um planejamento responsável aos aspectos da pesquisa e de seus sujeitos.

Segundo Chizzotti (2003), o questionário delinea as conexões entre hipóteses, pressupostos assumidos e análise dos dados obtidos. Nesta direção metodológica, adotamos as seguintes categorias de pré-elaboração do questionário: caracterização do sujeito; violência geral; violência na escola; significantes da violência para o (a) aluno (a).

Quanto à coleta de dados, inicialmente contactamos com a direção das escolas para apresentarmos os objetivos da pesquisa, sujeitos do trabalho e período de execução. Após o estabelecimento de acordos para a realização do estudo, aplicamos o questionário junto a jovens, que cursavam no período o 1º, 2º e 3º e 1ª e 2ª etapa da modalidade EJA.

As quatro escolas da pesquisa fazem parte da Rede Estadual de Ensino. Apesar de estarem localizadas em áreas distintas, (bairros da periferia e do centro), é possível constatarmos que tais instituições possuem características semelhantes, quais sejam: são escolas públicas, ofertam regulamente o ensino médio e apresentam relativo grau de vulnerabilidade à violência. Sendo assim, esses quesitos foram determinantes para a escolha das mesmas.

Sendo assim, do total de 649 jovens, do sexo feminino e masculino, foram pesquisados 272 sujeitos das escolas do centro, sendo na escola 155 da escola Centro 1 e 117 da Centro 2. Para as escolas de periferia, o total foi de 377 estudantes, na qual 183 pertenciam à escola Periferia 1 e 194 jovens da escola Periferia 2.

Este total que compôs a amostra da pesquisa estava distribuído nos três turnos do ensino médio em idades de 12 a 24 anos. A escolha para o desenvolvimento da pesquisa com jovens do ensino médio se deu em função de encontrarmos nesse nível de ensino a faixa etária de interesse da pesquisa, isto é, jovens entre 12 e 24 anos.

Ao tratar sobre a interpretação de dados de uma pesquisa, Minayo (1994, p.43), observa que “devemos descrever com clareza como os dados serão organizados e analisados”. Para isso, realizamos a interpretação dos dados após a coleta feita por meio do questionário. A intenção foi compreender de que modo os sujeitos da pesquisa compreendiam a violência. Para isso, tomamos como base para esse estudo a análise de conteúdo de Bardin (2003) que funcionou como referencial para a compreensão das respostas dos sujeitos. Para esta autora, os resultados devem ser discutidos de maneira a serem significativos e válidos (BARDIN, 2003, p. 101).

Com base nesta autora, os dados foram agrupados em categorias, sendo essas: 1) a perfil dos (as) jovens; 2) os significados da violência: a) a violência na sociedade; b) a violência na escola; c) a violência com o aluno. Esse agrupamento possibilitou desvelar os conteúdos que

organizam os significados que esses jovens atribuem à violência. A análise de conteúdo proposta por Bardin (2003) funcionou como referencial dessa compreensão. Segundo essa autora, os resultados devem ser discutidos de maneira a serem significativos e válidos (BARDIN, 2003).

Interlocuções sobre Violência nas Escolas - o que dizem os (as) jovens?

Esta pesquisa, cujos resultados passamos a apresentar, revela que as escolas têm vivenciado diversas manifestações de violência na qual a intensidade desse fenômeno ocupa lugar de relevo nas preocupações da juventude assim como de todos os demais sujeitos da escola.

A partir do desafio de compreender as informações comuns presentes nos discursos dos sujeitos da pesquisa a respeito da violência, organizamos duas categorias de sentidos, quais sejam: 1) perfil dos (as) jovens; 2) significados da violência. Esta última categoria, que constrói os significados de violência dos (as) jovens, divide-se em: violência na sociedade, violência na escola e violência com o aluno, como exposto abaixo.

1. Perfil dos (as) jovens

Os dados apontam que a faixa etária mais expressiva dos jovens pesquisados foi de 15 e 17 anos, com um total de 286 jovens, sendo 96 somente do sexo feminino de escolas da periferia. No geral, identificamos que o gênero feminino também teve uma representação maior.

Segundo os resultados, a maioria dos sujeitos (287) declarou que mora com os pais, que equivale 51,6% do total. No universo amostral de 18,2% a 19,6%, outro resultado expressivo foi a de jovens que declararam morar somente com a mãe. De acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais de 2002, organizado pelo IBGE, nas famílias brasileiras em que a mulher é referência, essa frequência também é predominante. Segundo os dados, 65% do total de nossas famílias são chefiadas por mulheres, sendo que a renda familiar per capita desse modelo de organização é extremamente baixa, com R\$ 263,90 de rendimento médio mensal.

De acordo com a declaração dos sujeitos, os resultados assinalaram que, até o momento da pesquisa, 377 jovens não possuíam qualquer vínculo empregatício ou atividade de trabalho, mesmo que informal. De acordo com Abramovay (2002), muitos jovens brasileiros têm dificuldades para se inserirem no mercado de trabalho. Para ela, as transformações no mundo do trabalho, a desregulamentação e a flexibilização da economia são aspectos que excluem jovens de classes menos privilegiadas visto que muitos não dispõem da formação exigida, como conhecimento de informática e diversas habilidades. Esses aspectos acabam segregando essa

parcela da população e provocam o ingresso tardio no mundo do trabalho, muitas vezes em condições trabalhistas desfavoráveis.

Como demonstra a tabela 6, um número significativo dos jovens desta pesquisa revelou que trabalha, mas sem carteira assinada. Esse aspecto, possivelmente, dificulta garantias trabalhistas e engrossam as estatísticas da informalidade do trabalho.

Quanto à escolaridade da mãe e do pai, os resultados demonstraram quanto à formação das mães de grande parte desses jovens como sendo de ensino fundamental incompleto (236). A segunda maior ocorrência é da formação média completa com 118 e a terceira mais expressiva foi de alunos que declararam que suas mães têm o ensino médio incompleto, com 86 do total de sujeitos, conforme descreve a tabela abaixo:

Sobre a escolaridade dos pais, também se manteve maior concentração de respostas no ensino fundamental incompleto, de acordo com os jovens. Como apresenta a tabela abaixo, a indicação de escolaridade também em destaque foi o ensino médio completo (109) e ensino médio incompleto (69).

Quanto à etnia, a maioria dos jovens se declarou pertencente à cor parda, isto é, 96 jovens do sexo feminino das escolas do centro, 131 das jovens das escolas da periferia, 58 dos jovens das escolas do centro e 81 das escolas da periferia. As outras representações mais significativas foram daqueles que se declararam negros e dos jovens auto-declarados pertencentes à cor branca.

Segundo os jovens, foi predominante a religião católica e evangélica. Destaca-se, porém, a diferença entre os jovens das escolas do centro que se declaram de religião evangélica (94) e da católica (102) não foi tão significativa quanto os resultados demais agrupamentos de jovens.

2. Significados da Violência

Os resultados mostraram, primeiramente, que, para os (as) jovens, a ocorrência de fatos violentos foi evidente, tanto entre alunos como também entre professores e alunos e demais pares da escola. Todavia, para a maioria dos (as) alunos (as), fatos como agressões verbais ou ameaças são acontecimentos mais presentes entre os estudantes, revelando-se como prática comum em suas relações escolares cotidianas. Assim sendo, para delinear os resultados das significações de violência, estruturamos a presente categoria em: violência na sociedade; violência nas escolas e violência com o aluno.

2.1. Violência na sociedade

De acordo o afirma Debarbieux & Blaya (2003), a escola reflete as condições sociais que a envolve e, certamente reflete no olhar de seus membros, neste caso o jovem, os acontecimentos vivenciados e observados isto porque, segundo este autor, as significações de violência estão permeadas dessa percepção de jovens sobre as tensões e conflitos na sociedade.

Nesse sentido, esta categoria violência na sociedade está organizada em: significado da violência; violência em relação aos locais da cidade e; fatores que estimulam a violência na sociedade.

2.1.1. Os significados gerais da violência

Abramovay (2002) e Debarbieux & Blaya (2002) afirmam que apreender o significado da violência requer, primeiramente, entendê-lo como um fenômeno de variadas faces e dimensões distintas. Nesse sentido, para não limitar o significado de violência, possibilitamos aos sujeitos uma questão aberta para perceber as representações atribuídas. A intenção foi observar as diferenças e semelhanças destacadas pelos (as) jovens das quatro escolas em estudo.

Como dissemos em outro momento desse trabalho, os significados de violência percorrem sentidos vividos no entorno escolar e ultrapassam essa estrutura, pois envolvem as experiências e representações que o próprio sujeito define e também que ajuda a compor. Segundo Eric Debarbieux e Catherine Blaya (2002), essas definições também se formam nas relações e reproduções que estes estabelecem entre si e soma-se a dinâmica social como um todo.

Abramovay (2005) reitera que, ao observarmos os discursos de indivíduos e grupos, as concepções de violência são distintas, pois “o que é violência para um, pode não o ser para outro” (ABRAMOVAY, 2005, p.63).

Não verificamos diferenças acentuadas entre os estudantes do sexo feminino e do masculino, tanto dos estabelecimentos de ensino da periferia quanto escolas do centro. Significa que para a maioria dos jovens da pesquisa os significados de violência estão associados à violência física e a violência verbal.

Isto fica mais evidente ao notarmos que as estudantes das escolas do centro apontaram como significado de violência à agressão física (13% do total). Também como sinônimos, estas jovens apontam o abuso sexual/estupro, a agressão verbal, arma/assalto/facada, droga/tráfico/gangue e, ainda, racismo/discriminação/preconceitos.

Ao compararmos as significações sobre violência das estudantes de escolas da periferia, as respostas caracterizaram igualmente esse fenômeno como algo que causa dano, que agride física e emocionalmente. Sendo assim, segundo os resultados, 10% das jovens da periferia apontaram a

agressão/agressão física, 8% do total, o abuso/abuso sexual e 7% agressão verbal. Enfatizamos que 6% do total das jovens dessas escolas periféricas disseram que violência também está associada à arma/assalto/seqüestro e humilhação. Neste sentido, é possível notarmos que as humilhações e agressão verbal fazem parte do repertório da violência moral e/ou simbólica e são indicadores da violência que se incorporam no dia-a-dia da vida dessas estudantes.

Quanto aos jovens do sexo masculino das duas escolas do centro, percebemos que as diferenças também não são tão significativas, pois suas respostas se concentraram na violência física e simbólica. Neste caso, 13% apontaram: agredir; agressão física e briga, além de agressão verbal e humilhação.

De acordo com os discursos dos jovens da periferia, a agressão física, a agressão à mulher e a criança são entendidas como violência. Além dessas, estes estudantes atribuíram as significações de violência como crime, assalto, assassinato e armas.

Assim sendo, entendemos esse panorama por meio da abrangência de significados que a violência é atribuída pelos sujeitos. Isto porque, como afirmamos anteriormente, percebemos que as atribuições mais marcantes do conjunto desses jovens se traduzem principalmente como violência física e simbólica. Remetendo-nos aos estudos de Abramovay (2002 e 2005) esses significados são revelados a partir de um entendimento comum do “estado de violência” cotidiana que estamos inseridos.

2.1.2. Violência e locais da cidade

Apesar de nosso instrumento de pesquisa não ter sido utilizado para mensurar o quantitativo de violência, é possível afirmar que o próprio sentimento de insegurança que revelou a fala da maioria dos jovens se dê em função de uma construção coletiva de deterioração da garantia de integridade física; moral; psicológica e material que muitos sujeitos compartilham, principalmente nos grandes centros urbanos (CANDAUI et. ali, 1999).

Para Costa (2005), este elemento de incertezas é determinado, dentre outros motivos, pelas transformações no comportamento dos sujeitos, mudanças nas atitudes e na precária segurança pública. Para a autora, seria válido notar que os meios de comunicação contribuem para essa significativa exposição da violência, de maneira especial alguns programas de televisão, que por um lado causam uma dessensibilização à violência, por outro produzem uma imagem sensacionalista sobre os acontecimentos. De tal modo que, segundo a autora,

A violência passa a ser consumida como mercadoria, e esse consumo também integra o processo de sua produção, ainda que como representação. Os fatos

são tirados de seu contexto concreto e transmitidos como se fossem eventos fragmentados, sem qualquer vínculo com a história, com a sociedade, com a economia (COSTA, 2005, p.185).

Abramovay (2005, p.54), referindo-se a esse sentimento de insegurança, afirma que “a violência nem sempre se fundamenta em crimes e delitos, mas ela permeia no cotidiano, nossas mentes e nossas almas na forma de um sentimento de insegurança”. Esta realidade também presente nas escolas tem impactos visíveis na própria mudança de hábitos, interesses e prazeres na medida em que acabamos nos disciplinando pela ótica do medo.

O impacto dessa realidade social é expresso pelos jovens de ambos os sexos e escolas do estudo. De acordo com os dados a maioria dos jovens considerou Belém insegura (54,7% das alunas do centro; 56,8% da periferia; 46,2% dos jovens das escolas do centro e; 57,8% da periferia).

Podemos com isso destacar a análise de Abramovay (2005), ao enfatizar o pensamento de Roché (1994), pelo qual, essa autora afirma que o sentimento de insegurança se situa nas percepções que circulam o próprio contexto social. Esta autora explica que a insegurança impulsiona comportamentos de recolhimento social e doutrinação em espaços cada vez mais privados, com o temor da vitimização aos atos de violência.

O desconforto que forma esse sentimento também é relacionado aos significados atribuídos ao espaço da cidade onde a violência é mais presente. Isto porque uma parcela significativa de jovens do sexo feminino, tanto das escolas do centro quanto da periferia, declarou que este fenômeno ocorre em todos os lugares da cidade. Embora as definições sobre o lugar onde a violência acontece sejam aproximadas para a grande maioria dos sujeitos, os jovens das escolas da periferia (51,3%) e do centro (49%) afirmaram que a violência ocorre mais nos bairros da periferia.

O grau de abrangência desta discussão não poderá ser superado no presente trabalho. Contudo, podemos nos referendar nos estudos de Ferreira Junior; Medeiros & Martins (2005) ao analisarem as imagens da violência veiculadas nos instrumentos de comunicação, principalmente em jornais impressos.

Para estes autores, a imagem que é difundida sobre violência em grande parte da mídia apresenta a violência modo segregado. Tal situação é explicada quando percebemos que, predominantemente, a violência nas periferias é tratada como um fenômeno inerente a este espaço.

Nesse entendimento, muitos instrumentos de comunicação separam a sociedade entre aqueles que são violentos e os que não são. De modo geral, muitos instrumentos de mídia (rádio, jornais impressos, televisão, internet, dentre outros) enfatizam o cotidiano das periferias como naturalmente violento. Nas situações em que os centros urbanos e grupos socialmente privilegiados são vítimas da violência os sentimentos ressaltados são de compaixão e solidariedade.

Para Ferreira Junior; Medeiros & Martins (2005, p. 23), “a imagem do *trash* é vista como mercadoria, e não produz, na maioria das vezes, reflexão sobre o conteúdo da matéria”. Segundo eles, esta segregação nega a capacidade de espaços excluídos socialmente, como as periferias urbanas, de romper estruturas e superar dificuldades na medida em que não revelam os fatores estruturais, como a exclusão, a privação cultural e outros determinantes, muitas vezes, impulsionadores do fenômeno da violência.

2.1.3. Fatores que estimulam a violência na sociedade

De acordo com os (as) jovens, no que diz respeito aos principais fatores que impulsionam a violência na sociedade o uso de drogas foi apontado como o principal gerador, com índices de 29,5% a 33,6% do total de sujeitos.

O aumento do uso de drogas (sejam elas ilícitas ou lícitas) e, até mesmo, sua comercialização, é uma dos grandes desafios sociais a serem superados pela sociedade. Em um estudo realizado em 2001, com adolescentes de 14 capitais brasileiras, Abramovay & Castro (2002), identificaram o tema “drogas” é visto ainda como é um tabu para a maioria dos pais, alunos e professores. Muitas famílias, escolas e tantos outros grupos sociais inadequadamente reforçam estigmas e preconceitos ao ignorarem a predominância do uso de drogas na sociedade como um todo, principalmente quando nos remetemos a consumo entre jovens. Segundo a referida pesquisa, tal realidade é cada vez mais presente nas escolas a dificuldade em tratar esse tema, pois envolve sentimentos como o medo, a sensação de impotência e desânimo.

A pesquisa destaca que o reflexo da falta de diálogo é a expansão do consumo e proliferação de uma rede ilícita, baseada na criminalidade, corrupção e vidas destruídas. Para Abramovay & Rua (2002), muitas alternativas podem colaborar para criar mecanismos de proteção e prevenção das drogas. No referido estudo, estas autoras apresentam as práticas sócio-educacionais como potencializadoras de sentimentos de pertencimento ao ambiente escolar e que incentivem especialmente os jovens a construir projetos individuais e sociais.

Embora o presente estudo tenha apontado que o uso de drogas como um dos principais fatores que estimulam a violência, observamos também que outro elemento impulsionador da violência é a desestrutura familiar, com a indicação de mais de 20% do total de jovens.

Esses resultados revelam que este olhar juvenil expõe um cenário preocupante que exige de todos nós a construção de alternativas para uma nova realidade social e a efetivação do papel fundamental da sociedade em garantir condições de cidadania à juventude, questão pela qual a escola tem importância fundamental nesse esforço.

2.2. Violência nas escolas

A violência nas escolas se apresenta como um problema que merece a atenção sobre sua repercussão uma vez que torna a escola um espaço de agressões e outras múltiplas faces desse fenômeno (ABRAMOVAY, 2005).

Não somente por meio de indisciplinas, das ofensas, agressões físicas e moral e tensões variadas, é possível dizer que os conflitos escolares ganham proporções muitas vezes de crimes graves. Como comprova um recente levantamento da Secretaria Estadual de Educação do Pará, 35% dos estudantes de escolas públicas da Região Metropolitana de Belém (RMB) já viram armas de fogo ou arma branca dentro do espaço escolar⁸.

Para pensar sobre esse fenômeno, a categoria violência nas escolas, na qual destacamos as principais freqüências de respostas dos sujeitos pesquisados, divide-se em dois tópicos, a saber: sujeitos envolvidos na violência e; fatores que estimulam a violência.

2.2.1. Sujeitos envolvidos na violência

A grande maioria dos jovens afirmou que a violência que acontece nas escolas ocorre principalmente entre os alunos. As diferenças entre as escolas e jovens não foram tão expressivas visto que 59,7% de jovens do sexo feminino do centro, 61,9% da periferia, assim como 62,9% de rapazes do centro e, 62,1% da periferia indicaram a figura do (a) aluno (a) como responsável pela violência e/ou vítima dela.

Constatamos nas diversas literaturas estudadas neste trabalho (ABRAMOVAY, 2003 e 2005; ABRAMOVAY e RUA, 2002; CANDAU et. ali, 1999; DEBARBIEUX, 2003 e ORTEGA e DEL REY, 2002, dentre outras) uma associação da violência nas escolas com as tensões vividas

⁸ Extraído da matéria do Jornal O Liberal, de 28 de Fevereiro de 2007. Reportagem realizada pela jornalista Cléo Soares, no Caderno Atualidades.

pela juventude na sociedade em geral. Isto se articula também com contexto social e/ou físico da escola. Segundo Candau et. ali (1999),

Roubos, insultos, brigas, exploração dos mais novos pelos mais velhos são atos que, de tão freqüentes no cotidiano escolar, acabam por serem banalizados e/ou tidos como manifestações “normais” da idade e/ou da condição sociocultural e econômica do jovem (CANDAU et. ali, 1999, p.32).

Entretanto, para a autora estes aspectos aguçam a cultura da violência uma vez que as alternativas de enfrentamento em grande parte das escolas não são pactuadas coletivamente.

Segundo Abramovay et. ali. (2002) é importante dizer que a violência sofrida e/ou praticada pelo jovem possui fortes vínculos com a vulnerabilidade social. Ela é um resultado negativo da disponibilidade entre os recursos materiais e acesso às estruturas de oportunidades sociais, econômicas e culturais que provém do Estado.

Essa situação de vulnerabilidade é fruto de turbulências nas condições sócio-econômicas, interfere nos processos de interação social dos jovens. E, nesse sentido, fomenta também a violência entre esse público.

As escolas necessitam refletir também sobre o modo como também produzem a violência no seu interior e nas relações existentes entre todos os seus membros. É importante incorporar nessa auto-reflexão a família, os profissionais de educação, sociedade civil e governos em geral uma vez que trama da violência é multidimensional e exige uma articulação entre suas dimensões estruturais e culturais determinantes (CANDAU et. ali, 1999).

2.2.2. Fatores que estimulam a violência nas escolas

A configuração de indicadores referentes aos fatores que provocam a violência nos estabelecimentos de ensino permite conferir uma estruturação diferenciada diante dos determinantes da violência na sociedade.

Se, na indicação inicial preponderou o uso de drogas (violência na sociedade), na presente análise se destacou a presença de gangues como principal fator gerador da violência nas escolas. A tabela 9 mostra que o fator do uso de drogas só apareceu em quarto lugar, depois de desestrutura familiar e pouco/ nenhum policiamento.

Ao analisar a interferência de grupos externos nas escolas, Candau et. ali (1999) destaca a crescente influência e presença do narcotráfico e grupos conhecidos como *galeras*. Para a autora a ação do narcotráfico é sutil e tem o interesse, na maioria das vezes, de torná-las pontos de influência e controle.

ORTEGA e Del Rey (2003) discute que, apesar dos fatores que geram a violência serem múltiplos, suas causas podem ser organizadas em: contexto familiar; relações interpessoais; escolaridade e ambiência escolar; influência dos meios de comunicação e carência em políticas públicas direcionadas aos cidadãos em geral.

Assim sendo, cumpre notar que a percepção dos jovens assinala que a problemática da violência tem suas causas no espaço escolar e também das condições do entorno da escola e que influencia na insegurança daqueles que a freqüentam. Entretanto, esta visão mostra que para eles (os jovens) a violência nas escolas é percebida igualmente como um problema de segurança pública. Insistimos, porém, que a pouca qualificação e valorização do ensino (da estrutura à valorização dos profissionais) constituem enfoques determinantes para gerar a violência.

2.3. Violência com o (a) aluno (a)

No que se refere à violência diretamente vivenciada pelo (a) aluno (a) procuramos observar quatro aspectos centrais de acordo com as indicações dos sujeitos, quais sejam: tipos de violência; motivos que levou o (a) jovem sofrer violência; sujeitos dos quais sofreu violência e; providências tomadas pela escola frente à violência.

2.3.1. Tipos de violência da qual foi vítima

Podemos afirmar que uma parcela considerável de sujeitos, em ambos os sexos e escolas, afirmou que não sofreu violência. Nestes resultados a proporção de indicações oscilou entre 55% e 62,1% do total de estudantes.

Todavia, outro tipo de violência apontada pelos (as) jovens foi à agressão verbal. Nas duas escolas do centro, 23% e 21,8%, do sexo feminino e masculino, respectivamente, manifestaram que foram agredidos verbalmente. Enquanto que entre os (as) alunos (as) da periferia, 22,5%, do sexo feminino e 22,5%, do masculino, revelaram ter sofrido agressão verbal.

Para Abramovay (2005, p 121) esse tipo de violência é revestido pela ameaça e a coação. Ela considera como formas de agressão verbal as “incivildades, xingamentos, desrespeito, ofensas, modos grosseiros de se expressar, discussões, que se dão muitas vezes por motivos banais ou ligados ao cotidiano da escola”. Essa autora afirma que essa modalidade da violência tem grande ocorrência nos espaços escolares.

2.3.2. Motivos

No que se refere aos motivos apontados que levam o (a) jovem sofrer violência, notamos que as indicações mais recorrentes foram: localização perigosa do bairro da escola, o fato dos jovens não possuir condições financeiras e a religião.

Do total dos estudantes de escolas periféricas, 29,1% declarou que foi vítima de violência em função dos bairros de pertencimento de suas escolas serem perigosos. Para as alunas dessas mesmas escolas (13,8% do total) essa causa foi do mesmo modo impulsionadora da violência que elas sofreram. Esse motivo também predominou nas atribuições feitas pelos jovens das escolas do centro, correspondendo 15,8% do total.

Ressaltamos que as indicações realizadas pelas estudantes de escolas do centro foram diversas, como religião (3,4%), cor (3,5%); não possuir condições (4,1%); localização do bairro (3,4%) e em outras opções, com 10,9% do total dessas jovens.

De acordo com que revelaram os jovens desta pesquisa são apontados principalmente a elementos presentes no espaço externo da escola, aliado a situações de conflito social e a falta de segurança pública enquanto elementos motivadores da violência sofrida por estes sujeitos. Quando associamos aos fatores causadores da violência nas escolas constatamos que foram igualmente predominantes nos discursos dos (as) jovens os determinantes externos à escola.

2.3.3. Sujeitos dos quais sofreram violência

Baseando-nos nas atribuições feitas pelos (as) jovens deste estudo, buscamos neste momento conhecer quais os sujeitos que mais agredem nas escolas.

De acordo com os (as) alunos, o jovem é apontado como o membro da escola do qual sentiu mais medo, com índices que se aproximam a 80%, tanto para o sexo feminino quanto o masculino.

Como afirma Abramovay (2005), esse sentimento (o medo) se sustenta na intimidação e a ameaça que induz práticas negativas de conformismo e apatia. De modo mais amplo, essa autora pontua que tal sentimento pode transformar a vida das pessoas em um estado permanente de insegurança.

Cabe destacar ainda que os (as) estudantes também ilustraram, de modo considerável, sentir medo também de professores e direção escolar.

Debarbieux et. ali. (2003), referindo-se aos estudos de Royer (2002), aponta que em diversos momentos as relações entre estudantes e professores (e acrescentamos a direção escolar) são instáveis na medida em que se forma na falta de diálogo entre esses membros e falta de formação dos profissionais da educação em mediar crises, dentre outros aspectos.

2.3.4. Providências tomadas pela escola frente à violência

É possível afirmar que a vontade de construir estratégias de enfrentamento da violência faz parte dos anseios de todos os membros das escolas, que se deparam, cotidianamente, com situações de conflitos envolvendo os (as) estudantes, funcionários das escolas e muitos outros indivíduos.

Muitas pesquisas vêm se dedicando tanto na compreensão da violência quanto a busca de caminhos para prevenção da violência. Pelo que observamos, a perspectiva é aproveitar a força que a escola possui no sentido de minimizar o problema da violência (ORTEGA e DEL REY, 2002).

Nessa direção, a presente pesquisa também dialogou com as providências tomadas pelas escolas pesquisadas frente à violência, conforme descreveram os (as) jovens sobre os trabalhos realizados por suas escolas.

Ao considerarmos isso, percebemos que as indicações mais marcantes foram das atividades que estes jovens realizam dentro da sala de aula. Segundo 24% das jovens das escolas do centro, 36% da juventude feminina das escolas da periferia e 29,6% dos estudantes da periferia visualizam nos trabalhos em sala de aula como a estratégia de enfrentamento à violência mais evidente em suas respectivas escolas. Em contrapartida, para os estudantes das escolas do centro (21,7% do total) a ação mais marcante foi o policiamento na escola.

Como se observa, a segunda maior incidência é a alternativa de policiamento na escola, seguido de ações como a realização de palestra na escola.

De modo geral, verificamos que essas alternativas ainda visualizam a violência como elemento integrante da escola e que os acontecimentos presentes no seu exterior se articulam no cotidiano escolar somente quando ocorrem atos violentos mais graves (ABRAMOVAY e RUA, 2002). Nas percepções dos jovens, vimos que as ações de enfrentamento ainda são insuficientes na medida em que se voltam para a relação educação e sociedade.

Ao apontar alguns caminhos de atuação da escola de enfrentamento à violência, Candau et. ali (1999) resgata a implantação de projetos específicos de qualificação do trabalho docente. Para ela, é importante investimentos na melhoria das condições de trabalho desses profissionais, isto é, melhoria salarial; implantação de políticas de formação e resgate da função social da escola. Isto significa: criar condições de aperfeiçoamento profissional e motivação para a formação de sujeitos culturalmente e eticamente.

Considerações Finais

Os resultados desse trabalho assinalam que a violência nas escolas possui múltiplas dimensões que vão desde os extra muros escolares como: as relações que se estabelecem na comunidade e/ou bairro onde a escola se localiza, as questões familiares até o contexto da escola. Contemplamos ainda que, o tipo de relações que permeiam o processo ensino–aprendizagem, as práticas educativas, as metodologias e a dinâmica de sociabilidade (que estrutura comportamentos entre os sujeitos) podem influenciar a ocorrência de violência no contexto escolar.

A crescente violência torna as escolas fragilizadas e compromete o exercício de uma formação crítica de seu corpo discente. Este fenômeno exige atenção não somente da comunidade escolar, como também dos demais membros da sociedade a fim de que concebam a violência não apenas enquanto um acontecimento isolado, mas como uma problemática permeada de sentidos e diversos determinantes. Para tanto, os possíveis caminhos podem ser amparados por esta contextualização social da violência assim como seus elementos subjetivos.

Outro aspecto que concluímos neste estudo é que a carência de projetos sociais e as políticas mal administradas dirigidas à juventude potencializam a situação de vulnerabilidade dos jovens brasileiros e permitem que a violência encontre abertura nesta faixa etária, seja pela sua prática, seja pela sua vitimização.

Com características bastante comuns, um aspecto importante a ser destacado são as significações que os jovens de ambos os sexos atribuem à violência escolar. Para estes jovens, embora a violência física tenha grande ocorrência, o cotidiano escolar é igualmente permeado de outras formas de violência, como a violência verbal, ainda pouco problematizada e que pode gerar um ambiente de tensão e ser pré-anúncio de outros tipos de violência.

Em contrapartida, este fenômeno se constitui em um contexto onde o diálogo é bastante limitado e o respeito às diferenças é muito difícil uma vez que a estrutura social guarda resquícios muito fortes de resistência sobre o reconhecimento de que todos são iguais pelas diferenças que cada sujeito possui.

Os dados revelaram que as manifestações da violência no interior da escola também são produzidas por práticas escolares estabelecidas por métodos autoritários e avaliações punitivas, entendidas pelos (as) jovens como demonstrações de violência.

A violência praticada pelos jovens ainda é bastante expressiva, como reforçam os próprios sujeitos deste estudo. Em contrapartida, segundo os estudantes pesquisados, os demais sujeitos presentes na escola não obtiveram destaque enquanto produtores de violência.

O expressivo envolvimento juvenil em conflitos violentos pode ser decorrente de outro fenômeno que estamos vivendo na contemporaneidade, a chamada turbulência que a pós-modernidade provoca. Os valores, as regras que regulam a vida dos sujeitos são desestabilizadas pelo abalo nas estruturas sociais, políticas e econômicas. Nessa esteira, as relações se fragilizam.

Essa é uma realidade extremamente preocupante. Entretanto, é possível assegurar a partir dos resultados deste estudo e com base na literatura explorada que a condição de vulnerabilidade da juventude pode ser reduzida na medida em que estratégias positivas são ampliadas e também quando a sociedade em geral, sobretudo o Estado, a escola e a família, investe na formação de comportamentos seguros entre essa população.

Nesta mesma direção, verificamos que as escolas se configuram com um lugar onde os jovens, ao mesmo tempo em que compartilham afetos, amizades e estabelecem suas relações e comportamento, também podem contar com um campo de formação e de esclarecimento. Nesse sentido, são espaços singulares de prevenção à violência e de construção de novos contextos sociais e relacionamentos. Como defendem os (as) próprios (as) jovens, é fundamental investimento em projetos educacionais que viabilizem especialmente ações junto aos estudantes, potencializadoras de suas capacidades.

Além disso, um dos caminhos é problematizar as condições agravantes de violência presentes nas escolas e na sociedade. Não é admissível esperar que um acontecimento grave seja impulsionador de esforços de combate à violência, pois esta se configura como um fenômeno que ressoa em todos os grupos e organizações sociais, inclusive na escola. Ainda, a abordagem de temas relacionados à afetividade, à auto-estima e ao desenvolvimento da identidade cultural, que qualificam a prática educacional, pode estar presente na ação educativa membros da escola.

Para tanto, sua compreensão exige contextualização e referências de análise amplas que incorporem os diversos sujeitos e realidade nela presente e suas possibilidades de resolução podem caminhar com medidas que ultrapassem atos de punição e controle.

Concluimos neste estudo que a violência está presente no cotidiano escolar e é percebida nos discursos dos jovens ao citarem as violações no espaço físico, as agressões físicas e verbais e etc. As ações pedagógicas que, de modo geral, essas escolas realizam ainda são insuficientes nesse enfrentamento à violência.

Nesta pesquisa verificamos que, muitas vezes, as ações para amenizar a violência se restringem ao controle e a punição de seus atores, ou ainda, a presença de policiais, o uso de advertências, constrangimentos públicos e, até expulsões da escola. A dificuldade na participação dos alunos nos acordos de convivência na escola reflete à dificuldade dos mesmos no

estabelecimento de vínculos de pertencimento à comunidade escolar. Assim quando são convocados a cumprir os acordos estabelecidos nas escolas passam a considerar como algo autoritário e disciplinador.

Este compromisso pedagógico coletivo exige um planejamento bem definido das atividades a serem exercidas pela comunidade escolar, uma vez o trabalho coletivo tem grande relevância no processo de harmonizar o cotidiano escolar e na construção de uma educação de qualidade.

Referências

- ABRAMO, Helena Wendel. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: **Juventude e Contemporaneidade**. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd. Coleção Educação para Todos, 2007.
- ABRAMOVAY, Miriam. **Escola e violência**. Brasília: UNESCO: Universidade Católica de Brasília, 2002.
- _____. et ali. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. – Brasília : UNESCO, BID, 2002.
- _____. CASTRO, Mary Garcia. **Drogas nas escolas**. – Brasília : UNESCO, 2002.
- _____. RUA, Maria das Graças. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, Inst. Ayrton Senna, UNAIDS, Banco Mundial, USAIS, Fund. Ford, CONSED, UNDIME. 2003.
- _____. **Cotidiano das escolas: entre violência**. Brasília: UNESCO, 2005.
- ARENDT, Hannah. **Sobre violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3ª ed. Lisboa, Portugal: Edições Setenta, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro : Bertrand Russel, 2002.
- CANAU, Vera Maria. et. ali. **Escola e Violência**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências Humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 2003.
- COSTA, Alda Cristina. Um olhar midiático sobre a Violência. In: BARP, Wilson José & BRITO, Daniel Chaves. **Violência e Controle Social: reflexões sobre práticas de segurança pública** Belém: NUMA/ UFPA, 2005.
- DA SILVA, Helena Oliveira; SOUZA e SILVA, Jailson. **Análise da Violência contra a criança e o adolescente segundo o ciclo de vida no Brasil**. São Paulo: Global: UNICEF, 2005.
- DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma Lino. **A juventude no Brasil**. Belo Horizonte. (2000?). Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/objuventude>>. Acessado em: 11/09/2006.
- DEBARBIEUX, E.; BLAYA, C. **Violência nas escolas e políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.
- DEBARBIEUX, E.; et al. **Desafios e alternativas: violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2003.
- FERREIRA JUNIOR, Ediniso; MARTINS, Iara; MEDEIROS, Kátia. **Sociologia da violência: textos sobre juventude e mídia**. João Pessoa: Editora Universitária/ UFPB, 2005.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GONZAGUINHA. **E vamos à luta**. Gravadora Emi-Odeon. 1 CD. Faixa 1. S/D.
- PINTO, José Marcelino de Rezende. **Os Recursos para a Educação no Brasil no Contexto das Finanças Públicas**. Brasília: Editora Plano, 2000.

-
- LIMA, Cláudia Araújo de (Coord.) et. al. **Violência Faz Mal À Saúde**. Brasília: Ministério Da Saúde/ Série B. Textos Básicos De Saúde, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (organizadora). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- ORTEGA, Rosario e DEL REY, Rosario. **Estratégias educativas para a prevenção da violência**. Brasília/DF: UNESCO, UCB (Universidade Católica de Brasília) e Observatório de Violências nas Escolas (UCB), 2002.
- PERALVA, A. **Violência e paradoxo brasileiro: democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. et. al. **Linguagens da Violência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SANTOS, Tania Steren dos. **Globalização e exclusão: a dialética da mundialização do capital**. Porto Alegre: Sociologias. n.º 6 jul./dez. 2001.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- UNESCO. **Políticas públicas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.
- WAISELFISZ, Julio Jacobo. **Revertendo violências, semeando futuros: avaliação de impacto do Programa Abrindo Espaços no Rio de Janeiro e em Pernambuco**. Brasília: UNESCO, 2003.